
Documentação foraleira dionisina de alguns concelhos do Alto Trás-os-Montes

Ana Lúcia Pereira Costa,
Maria Olinda Rodrigues Santana
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Resumo:

O presente artigo pretende dar conta dos resultados alcançados pelo projecto de investigação levado a cabo no âmbito de um curso de mestrado em Cultura Portuguesa, realizado no Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Desse projecto resultou uma dissertação de mestrado intitulada *Documentação Foraleira Dionisina dos Concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo e Vinhais. Contextualização histórico-geográfica e edição* (Costa 2003).

O grande objectivo desse trabalho foi editar a documentação foralenga outorgada por D. Dinis a localidades que, hodiernamente, se inserem nos concelhos transmontanos supracitados.

Palabras chave:

Edição, documentação foraleira medieval.

Abstract:

This article intends to show the results obtained by the investigation project developed during a master's degree course in Portuguese Culture, taken place at the Department of Letters of the University of Trás-os-Montes e Alto Douro. That project gave birth to master's degree dissertation entitled Charter Documentation D. Dinis given to the the population of Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo and Vinhais. Historical-geographical context and edition (Costa 2003).

The main objective of that work was to edit the charter documentation granted by D. Dinis to villages that, nowadays, are part of the populations of the Trás-os-Montes region.

Key words:

Editon, medieval charter documentation.

1. Introdução

O projecto de investigação, que deu origem à citada dissertação, teve como principal objectivo editar a documentação foraleira dionisina concedida a uma parte da área, que Virgílio Taborda denominou Alto Trás-os-Montes (Taborda 1987: 22). O Alto Trás-os-Montes engloba os concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo e Vinhais.

O estudo dos documentos foraleiros que registam a criação ou a evolução de concelhos transmontanos é deveras importante, porque representa o nascimento e o desenvolvimento da organização administrativa do território. A emanação dos documentos pela autoridade régia não se fez casualmente, pelo contrário, surgiu em consequência de uma estratégia política e tendo como cenário uma conjuntura histórica e geográfica determinadas. Neste contexto, tornou-se imperativo debuxar o cenário histórico e a contextualização geográfica da região à qual os documentos foram outorgados, pois é sabido que a geografia e os seus elementos naturais delineiam indelevelmente o trajecto e o modo de vida de qualquer comunidade.

Tanto a contextualização histórica como a contextualização geográfica foram feitas a dois tempos: inicialmente, optou-se por uma caracterização da região transmontana, do mesmo modo que se procedeu à elaboração de uma abordagem global dos reinados afonsino e dionisino. Num segundo momento, gizou-se a contextualização histórica e geográfica de cada um dos concelhos e/ou localidades às quais a documentação foi concedida. Por último, no principal capítulo do citado estudo apresentou-se uma edição paleográfica de 25 documentos [Mirandela (4 docs.), Lagoaça, Torre Dona Chama (3 docs.), Vilarinho da Castanheira (2 docs.), Vale de Prados, Agrochão, Ervedosa, Vale de Telhas, Alfândega da Fé (2 docs.), Vila do Conde, Cabeça do Conde, Sesulfe (2 docs.), Vila de Paço, Lomba (2 docs.), Mestre Julião (2 docs.)] que D. Dinis doou a terras que, actualmente, se situam nos sete concelhos supraditos. Apresentou-se o tipo de edição adoptada, assim como as respectivas normas de transcrição.

Concebeu-se, ainda, um segundo volume, onde se pôs à disposição, dos eventuais leitores, as reproduções da documentação editada, proporcionando, de forma simplificada, o cotejo da edição que elaborámos e os respectivos “originais”.

Em síntese, esta foi a trajectória seguida na elaboração do projecto de contextualização histórico-geográfica e de edição da documentação foraleira dionisina de sete concelhos do Alto Trás-os-Montes. Neste texto, ilustraremos as opções tomadas, começando por abordar o enquadramento histórico-geográfico das outorgas dionisinas e terminando com a edição paleográfica de três forais (Vilarinho da Castanheira, Vale de Prados e Ervedosa).

2. Contextualização histórica

A documentação estudada foi concedida a uma área bem definida da região de Trás-os-Montes, mais precisamente o denominado Alto Trás-os-Montes, onde se encaixa actualmente o distrito de Bragança. Durante o reinado dionisino, esta zona da região transmontana esteve constantemente sob a mira do monarca e comprovando-o existem as trinta e quatro cartas de foral que D. Dinis outorgou só a este rincão do reino¹ (Marreiros 1990 Vol. I: 147).

¹ A autora, na obra citada, contabiliza, para o distrito de Bragança, apenas 33 forais. No entanto, após várias averiguações (já que inicialmente ir-se-iam tratar todos os forais dionisinos dos concelhos escolhidos, fossem eles redigidos em galaico-português ou em latim) apurou-se que o foral de Nozelos (IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, L. I, f. 95v), que ela atribui como pertencente ao concelho de Valpaços, distrito de Vila Real, pertence a uma localidade com igual topónimo, do actual concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança. Os dados que levaram a esta conclusão foram os seguintes: 1) Na “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, no Vol. XVIII, na pág. 994, aparece o topónimo ‘Nozelos’ com duas entradas, uma delas referindo a freguesia de Valpaços, e pouco mais nos diz a seu respeito, a não ser que esteve muitos anos anexada a Lebução, assim como a Monforte de Riba Livre; e a segunda, que passamos a transcrever: “Lug. da freg. de Arcas, conc. de Macedo de Cavaleiros. **Foi sede de uma freguesia extinta (...) D. Dinis deu-lhe foral a I-IV-1284. Sobre os seus foros expediu-se uma sentença dada em Porto de Mós a 7-II-1438.** No tempo de D. Manuel colheram-se apontamentos para um foral novo, que não chegou a ser expedido. **Tem pelourinho**” (os sublinhados são nossos).

2) O Abade de Baçal, no seu monumental estudo sobre o distrito de Bragança, afirma o seguinte: “Do pelourinho desta vila, agora incorporada no concelho de Macedo de Cavaleiros, ainda resta o fuste de forma cilíndrica” (Tomo IX: 531)

3) Na obra de Correia de Azevedo, *Terras com Foral e Pelourinho das Províncias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro e Beiras*, na página 60, aparece mencionada a localidade de Nozelos no capítulo referente ao distrito de Bragança, do qual retiramos o seguinte excerto: “D. Dinis deu foral à antiga vila de Nozelos, a 1 de Abril de 1284. O concelho de Nozelos foi extinto em 1836. Como símbolo da independência conserva ainda o seu pelourinho”.

4) Pela leitura de uma carta de sentença, emitida pelo Rei D. Duarte sobre os foros e direitos do concelho de Nuzellos (IAN/TT, Gav. 12, maço 8, nº 3), verificámos que o mesmo cita o foral dionisino, ainda lavrado em latim: “(...) Foral que per El Rey Dom Diniz foi dado aos moradores do dito Logo de Nuzellos, o qual foi achado e a Torre do nosso Castello da Cidade de Lixboa, em que jazem Escrituras do nosso Tombo, o qual era escripto per latim (...)”.

Faz ainda referência a outras posturas que aparecem no foral e que são coincidentes: “(...) Rey Dom Diniz fizera Carta de foro aos homees de Nuzellos, e de seus termos (...) salvo ende os seus herdamentos, que foram de Dom Affonso Lopes (...) e salvo o Villar, que jazia sobre Nuzellos, em que avia doze Casaaes (...) lhe dessem a ell, e a todos seus sucessores em cada hun anno quatorze quatorze canedelas de pão (...) e senhas quartas de vinho pela dita medida na Adega.”

Mais adiante, apesar de não traçar os termos do dito concelho de Nozelos, dá indicação sobre alguns deles, que ajudam a esclarecer que o mesmo se encontra no actual município de Macedo de Cavaleiros, e, que a seguir, transcrevemos.

“(…) em Villarinho d’Agrochaão, termo do Julgado de Nuzellos (...)”.

Actualmente, pela parte norte, a aldeia de Nozelos está muito próxima da aldeia de Vilarinho de Agrochaão.

“(…) Braz Gonçalves morador nas Arcas, termo de Nuzellos (...)”.

Nos dias que correm, Nozelos pertence à freguesia das Arcas e fica a oeste dela, sendo separadas por uma curtíssima distância.

A concessão dos documentos foraleiros “significa que uma povoação conseguia ter a sua lei escrita a garantir-lhe a propriedade dos bens individuais e comunais e de onde constavam precisamente os deveres a cumprir com o rei” (Caetano 1985, I: 235). Ora se nestes alvarás estavam contidas uma série de normas que visavam a defesa de bens comunais e individuais, era necessário criar-se, dentro da comunidade, um corpo de moradores que policiassem as normas estatuídas, por isso, a concessão de um foral “arrastava consigo mesmo, ainda que não o estabelecesse expressamente, a formação do concelho.” (Caetano 1985, I: 235)

Dentro da mesma denominação podem enquadrar-se dois tipos de diplomas: um primeiro tipo, mais rudimentar, também designado como carta de povoação, em que o monarca, ou quem de direito, os concedia tendo em vista o povoamento e o cultivo de certas terras, geralmente em lugares estratégicos, sendo atribuído aos povoadores uma série de regalias e fixando os tributos que tinham a pagar; o segundo tipo não possui a mesma intenção do primeiro, mas a necessidade de estabelecer os direitos e os deveres dos moradores para com a autoridade outorgante (Silva 1991: 152).

“A definição do *foral* apresenta as dificuldades comuns a todas as instituições medievais: não se pode formular um conceito muito estrito tantas são as variantes que os forais apresentam e as imprecisões do conteúdo de muitos deles” (Caetano 1985, I: 235). Todavia, apesar dos particularismos subjacentes às realidades das povoações aos quais eram concedidos, a sua elaboração estava adstrita, a maior parte das vezes, a um tipo ou a um modelo. Assim, é corrente observar-se que determinado foral adopta o modelo de um anteriormente outorgado, sempre que as características das localidades apresentassem pontos de semelhança, quer a nível geográfico, quer a nível económico, ou ainda, porque à autoridade régia interessasse introduzir uma uniformização normativa (Silva 1991: 153).

É extremamente complexo dar uma definição taxativa de foral, porém a nível contudístico, geralmente eram abordados os seguintes preceitos, ainda que variassem muito de um documento para outro: “liberdades e garantias das pessoas e dos bens dos povoadores; impostos e tributos; composições e multas devidas pelos diversos delitos e contrações; imunidades colectivas; serviço militar; encargos e privilégios dos cavaleiros vilãos; ónus e forma das provas judiciais, citações, arrestos e fianças; aproveitamento dos terrenos comuns” (Costa 1989, III: 55).

A concessão deste tipo de documentação integra-se numa estratégia política bem definida e atesta, de forma patente, a preocupação com o povoamento efectivo do território, mostrando, igualmente, o nascimento da organização administrativa portuguesa.

Passemos, de seguida, ao enquadramento geográfico de Trás-os-Montes.

3. Contextualização geográfica de Trás-os-Montes

Os diplomas editados foram, na sua totalidade, doados a terras situadas na região transmontana, por isso, tornou-se crucial fazer a caracterização da mesma, ou seja, a sua contextualização geográfica, pois Trás-os-Montes possui características próprias que determinam a sua economia, o modo de vida da sua população e o seu isolamento em relação às outras regiões do país.

Abarcando 32 concelhos de quatro distritos distintos: Bragança², Vila Real³, Viseu⁴ e Guarda⁵, a região transmontana, como a sua designação deixa vislumbrar, redomizou-se sobre si própria, impondo aos seus habitantes um *modus vivendi* caracterizado pelo comunitarismo, factor necessário face às agressões dos seus elementos naturais. Assim, Trás-os-Montes aparece encerrada pela sua própria orologia que, durante muito tempo, foi um impedimento para a comunicação com outras regiões do país.

De costas voltadas para o Atlântico, e imune às suas influências pelas suas serra-nias, quais barreiras intransponíveis, o seu clima apresenta-se excessivo, determinando a presença de duas regiões climáticas distintas: a Terra Fria e a Terra Quente, ainda que existam zonas de transição que não se integram totalmente em nenhuma delas. Estes contrastes climáticos devem-se à sua diversidade topográfica (amplas áreas montanhosas, entrecortadas por vales profundos) e às condições de exposições das mesmas às influências continentais. Tudo isto irá influir na própria produtividade dos solos, que são, essencialmente, xistosos e graníticos e que se apresentam muito mais férteis nas zonas depressivas.

Hidrograficamente, toda a região transmontana, à excepção da área do Barroso, enquadra-se na bacia do Douro (Taborda 1987: 45). Desta forma, todos os rios e ribeiras existentes nesta província vão confluir ao rio Douro. Este rio, provavelmente, o mais importante do norte de Portugal, nasce na Serra de Urbian e a sua foz situa-se em S. João da Foz (Gaspar 1981: 40). Embora não seja o rio mais comprido da Península, é o mais caudaloso (Daveau 1995: 64). Parte do seu curso serve de fronteira com a vizinha Espanha, (separando, assim, Trás-os-Montes de Castela) onde corre de nordeste para sudoeste. Quando entra em território nacional, na con-

² O distrito de Bragança é constituído por doze concelhos: Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

³ O distrito de Vila Real abarca catorze concelhos: Alijó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real.

⁴ Do distrito de Viseu, apenas quatro concelhos integram a região transmontana: Armamar, Lamego, S. João da Pesqueira e Tabuaço.

⁵ Do distrito da Guarda, apenas Vila Nova de Foz Côa faz parte da região de Trás-os-Montes.

fluência com o Águeda, a sua direcção modifica-se, passando a assumir a sua orientação original, ou seja, de este para oeste.

O rio Douro foi (e ainda é) um grande vector de desenvolvimento da região transmontana. Encaixado por vertentes bastantes clivosas, a sua situação dificultaria, à partida, a fixação de população. Contudo, o facto de grande parte do seu leito estar apertado por desfiladeiros gera uma espécie de um corredor que facilita a passagem das massas de ar húmidas vindas do Oceano Atlântico que penetram o interior, originando-se assim um microclima com características muito peculiares e que permite um aproveitamento agrícola excepcional, possibilitando culturas próprias de climas mediterrânicos, como a vinha e a laranja.

Atraídos pela rentabilidade que daí lhe poderia advir, todo o vale do Douro foi herculeamente trabalhado e a sua fâcies, outrora agreste, tornou-se numa das paisagens mais humanizadas que existem: socalcos geometricamente talhados, contínuas linhas de vinhas paralelas; como que a provar que o suor dos homens é capaz de moldar a natureza.

No item seguinte, explicitaremos as opções tomadas no que concerne à edição da documentação em causa.

4. Edição

O Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa teve em debate um documento, intitulado *Crítérios e normas para transcrição e transliteração de textos medievais – V.1.0*. (Emiliano 2002a), contendo várias propostas de edição de textos medievais. O autor do documento considerou quatro tipos de edição, “diferenciados pelo grau de conservadorismo, e pelos fins e públicos diversos a que se podem destinar” (Emiliano 2002a: 9). A edição de *Tipo 1* é considerada a matriz de todas as outras, sendo, portanto, a sua realização obrigatória e todos os outros tipos de edição devem ser feitos tendo-a como modelo (Emiliano 2002a: 12).

Tipo 1 – edição paleográfica com transcrição estreita em tipo medieval, que é definida como “uma transcrição minimamente interpretativa, com recurso a um número mínimo de operações de transliteração” (Emiliano 2002a: 12). Por isso transcreve o texto tal como ele se apresenta, recorrendo a um software próprio para a reprodução dos caracteres de tipo medieval e mantendo todas as abreviaturas. A intervenção do editor limita-se à numeração das linhas e à indicação, em nota, dos acidentes de escrita (Emiliano 2002a: 12-13).

Tipo 2 – edição paleográfica com transcrição larga em tipo medieval, já apresenta mais intervenções editoriais. Acrescenta, em nota, a tradição editorial do texto e faz a separação e a união de palavras (Emiliano 2002a: 25-26).

Tipo 3 – edição paleográfica com transcrição larga em tipo normal, substitui os caracteres de tipo medieval pelo tipo normal; as abreviaturas são expandidas, aparecendo os caracteres desdobrados entre parêntesis (Emiliano 2002a: 52-53).

Tipo 4 – edição interpretativa, “apresenta o máximo de intervenções editoriais” (Emiliano 2002a: 60). É introduzida pontuação; a capitalização é normalizada; as abreviaturas são desdobradas sem qualquer indicação; o sinal abreviativo (til) em posição final é transliterado por **n** ou **m**; as plicas são eliminadas; o texto anulado não é transcrito; o texto restituído é indicado entre parêntesis rectos; as palavras são separadas sem qualquer indicação, excepto quando a união das palavras no manuscrito corresponde à crase vocálica, então a separação é feita com apóstrofo; os pronomes clíticos não são separados das formas verbais por hífen (Emiliano 2002a: 60-63).

Verificamos, assim, que a edição de Tipo 1, aquela que se mostra mais conforme aos objectivos de um linguista ou de um historiador da língua, apresenta um grande grau de fidelidade, pois, à partida, a edição envolve muito poucas operações de transliteração.

A qualquer programa editorial está sempre subjacente o público a quem as edições se destinam e, de acordo com isto, se adoptam os critérios de edição, que poderão ser mais ou menos conservadores. É, por exemplo, impensável que se invista numa edição extremamente conservadora (ainda que a definição do grau de conservadorismo levante muitas controvérsias⁶), com o mínimo de operações de transliteração, ou seja, sendo o mais fiel possível às características presentes no texto, quando se pretende que o público seja muito abrangente. Da mesma maneira, não se decidirá por uma edição exclusivamente interpretativa, quando a publicação se dirige a linguistas⁷ (Emiliano 2002a: 5).

Convém, contudo, salientar uma questão. Se, por um lado, uma edição extremamente conservadora, como é o caso da do Tipo 1, impede o acesso a um público lato, pelas características que o texto mantém, porque se procura manter todas as

⁶ A esse propósito transcrevemos o seguinte excerto contido no trabalho de Emiliano (2002a: 3): “Parece ser ponto assente para a generalidade dos editores de textos medievais portugueses que a edição de um texto medieval, mesmo quando se afirma conservadora, deve passar pela alteração drástica de aspectos que como constituem a sua fisionomia gráfica, nomeadamente, do conjunto de caracteres originais”.

⁷ Emiliano (2002a: 5) apresenta, no trabalho citado, de forma bastante clara as definições e as diferenças entre transcrição e transliteração. A primeira será “a reprodução de um texto através da reprodução do conjunto de caracteres presente no texto, e através de glifos minimamente divergentes dos glifos originais”. A segunda “implica a substituição de um conjunto de caracteres por outro; ou seja, a transliteração de um texto é a sua representação através de um conjunto de caracteres distinto do original”.

peculiaridades do documento, nomeadamente o tipo de caracteres, a não expansão das abreviaturas, etc.; por outro lado, facilita imenso o trabalho do editor, porque o poupa de tomar uma série de decisões. Aliás, à medida que o intervencionismo do editor aumenta, mais difícil se torna a sua tarefa. Traçando um paralelismo: quanto mais lato for o público a quem se destina a edição e, conseqüentemente o texto se torna cada vez mais inteligível segundo os parâmetros actuais, mais árduo é o trabalho de quem o edita. Assim, para o editor será, progressivamente, mais complexo elaborar uma edição de Tipo 1, 2, 3 e 4.

Neste trabalho, pretendemos adoptar um tipo de edição que, sendo de leitura acessível, porque são adoptados os caracteres actuais, preserve o mais possível a grafia, a pontuação e o conteúdo dos documentos, pois no corpo do texto estão assinaladas todas as intervenções do editor, através de uma sequência de convenções explícitas, permitindo, então, o estudo dos textos por vários especialistas: linguista, historiador, jurista, economista. Assim sendo, decidimos seguir a linha adoptada por Emiliano, mais precisamente a “*Edição de Tipo 3 – paleográfica com transcrição larga em tipo normal*”, porque nos parece que vai ao encontro dos objectivos deste estudo, pois, para além de se mostrar acessível a um leque variado de profissionais, já que existe a normalização dos caracteres (perdendo-se, contudo, algumas características da escrita medieval, pois não há a possibilidade de fazer a diferenciação entre o ‘r redondo’ e o ‘r caudato’ ou entre o ‘s de haste longa’ e o ‘s redondo’) e a expansão de abreviaturas (que, inevitavelmente altera a fisionomia do texto e o distancia, um pouco mais da edição) (Emiliano 2002a: 6), as convenções editoriais estabelecidas assinalam com todo o rigor todas as operações de transliteração efectuadas na transcrição, permitindo, também, que as edições sejam um suporte fidedigno para posteriores trabalhos de linguistas e de historiadores da língua.

4.1. Normas de transcrição

Tal como referenciámos no ponto anterior, decidimos seguir os critérios propostos por Emiliano (Emiliano 2002a), mais especificamente a *Edição Tipo 3 - paleográfica com transcrição larga em tipo normal*, respeitando, assim, integralmente os textos e, sempre que fomos obrigados a efectuar alterações, estas ficaram registadas em notas de rodapé.

Sendo textos medievais, que apresentam inúmeras particularidades, (principalmente porque estão recheados de abreviaturas e porque existem diferenças entre os caracteres utilizados então e actualmente), estas exigiram o estabelecimento de convenções editoriais, visando uma leitura o mais rigorosa possível. Passamos, então, a citar as convenções editoriais (Emiliano 2002a: 53-54):

<texto>	texto legível anulado ou rasurado
<...>	texto ilegível anulado ou rasurado (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
[...]	texto ilegível devido a impossibilidade de leitura causada por acidente no suporte material (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
< >	espaço em branco entre palavras deixado pelo escriba
[espaço em branco entre palavras provocado por lavagem ou raspagem
/texto/	texto (letras, palavras, ou sequência de palavras) interpolado na entrelinha superior
\texto\	texto interpolado na entrelinha inferior
<texto>	linha interpolada
?texto?	texto de leitura duvidosa
(texto)	expansão de abreviatura sistemática
!texto!	letras sobrescritas em numerais
[texto]	restituição de letras omitidas
texto_	palavra não separada da seguinte no manuscrito
tex+to	partes de uma mesma palavra separadas no manuscrito
tex=to	palavra dividida por translineação com sinal escribal ⁸
tex-to	palavra dividida por translineação sem sinal escribal
~	transliteração do sinal geral de abreviação quando substitui as letras consonânticas 'm' e 'n'
®	sinal de interpolação escribal
&	nota tironiana
*	letra ilegível
L	linha numerada

Quanto à introdução do documento, ou seja, ao cabeçalho, tivemos, também, em consideração os modelos elaborados por Emiliano (2002b) nos seguintes trabalhos: *Crítérios Para a Realização de Edições Interpretativas de Fontes Medievais Para*

⁸ Emiliano (2002a: 26), na translineação, escreve toda a palavra na mesma linha (na linha onde começa a palavra), mantendo o hífen ou o sinal "=" como indicador de translineação. No entanto, no sentido de respeitar a configuração do documento e a própria numeração das linhas, preferimos manter as palavras tal como elas se encontram no diploma, ou seja em linhas diferentes, utilizando, contudo, os mesmos sinais (- ou =).

a *História da Língua Portuguesa* (v.2.0) e *Cabeçalhos Para a Edição de Fontes Medievais Para a História da Língua Portuguesa* (v.3.2).

Nos cabeçalhos utilizados, no primeiro trabalho que citámos, constavam apenas quatro campos:

- 1) O número de ordem do documento e a indicação do tipo de documento que estava a ser editado.
- 2) A cota que, grosso modo, corresponde à referência do documento: de que livro provém e a indicação do seu lugar no mesmo.
- 3) O assunto, ou seja, uma síntese do conteúdo do texto.
- 4) O editor.

No segundo estudo citado, a elaboração do cabeçalho é bastante mais complexa, porque compreende trinta e cinco campos, muitos dos quais não poderíamos preencher, porque isso pressuporia um trabalho directo com o original.

Assim, socorrendo-nos de ambos, mantivemos todos os campos constantes no primeiro, excepto o número 4, ou seja, o editor, e retirámos, do outro, aqueles que mais nos interessavam, que passamos a enumerar: o campo 13, onde se indica o local de doação do documento, e o campo 15, onde é apresentado o quadro de tradição, indicando as edições conhecidas dos mesmos, através de referências bibliográficas completas. Em jeito de suma, os cabeçalhos por nós adoptados apresentaram-se da seguinte maneira:

- 1) Número de ordem do documento, que foi atribuído obedecendo, de uma forma crescente, à data da doação; quando havia coincidência de datas, tivemos em atenção o lugar que ocupavam na chancelaria. Seguidamente, determinámos o tipo de diploma que iríamos editar e a que localidade se destinava.
- 2) Apresentação dos elementos cronológicos: ano (convertido da Era de César para a Era Cristã, ou seja, subtraindo ao ano, que consta no manuscrito, 38 anos), mês e dia.
- 3) Local de doação.
- 4) Cota.
- 5) Assunto.
- 6) Edições.

De forma a ilustrar o tipo de edição adoptado, passamos, seguidamente, a apresentar a edição paleográfica de *Tipo 3* de três forais dionisinos (Vilarinho da Castanheira, Vale de Prados e Ervedosa) que compõe o nosso trabalho.

Foral dionisino de Vilarinho da Castanheira

Data: 1287.07.22

Local: Guarda

Cota: IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, L. I, fl. 204v A B – 205r A B – 205v A B

Assunto: D. Dinis outorga um foral a Vilarinho da Castanheira.

Edições: Alves, F. M. (1981): *Memórias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança ou Repositorio amplo de noticias chorograficas, hydro-oro-graficas, geologicas, mineralogicas, hydrologicas, bio-bibliographicas, heraldicas, etymologicas, industriaes, e estatisticas interessantes tanto à história profana como ecclesiastica do districto de Bragança*. Tomo IV, doc. 37: 185-188 (Bragança: Tipografia Académica).

Tipo 3

[f. 204v A]

L1 foro d[e] vilarijnho d(e) castanheira

L2 E[n]⁹ nome de De(us) Amẽ. Conhoçuda cousa se-

L3 ia a_q(u)a(n)tos esta ca(r)ta vÿrẽ q(ue) Eu dom Denis¹⁰

L4 pela gr(aç)a de de(us) Rey de Port(ugal) & do Alga(r)ue ã+

[f. 204v B]

L5 semb(r)a (cõ)_mha molh(er) Raÿa¹¹ dona jsabel faço ca(r)ta de_foro

L6 p(er)a todo semp(re) aos Pobradores de Vilarão de Casta-

L7 nheÿra Assÿ aos p(re)sentes come aos q(ue) am de vijr. P(r)i-

L8 meÿram(ẽ)te mãdo q(ue) tod_aq(ue)l q(ue)_sse casar des tres anos

L9 adeante & laurar (cõ) hũu boÿ q(ue) seia seu de hũu.

L10 q(u)ar(teir)o. de Pã quartado por jugada. & p(er)o q(ue) laure cõ

L11 maÿs boÿs nõ de maÿs e_sse laurar cõ boÿ Domĩ-

⁹ A preposição aparece sem o 'n'.
O caracter 'E' está iluminado.

¹⁰ Ao lado desta linha, na margem esquerda, está escrito: 'a torre'.

¹¹ Para além do til, o ípsilon aparece com uma pinta por cima.

- L12 go nõ de nulha rrē. E tod_omē q(ue) ouu(er) v̄ia des q(ue)
L13 der. v. moyos de v̄io de h̄ũ puçal. & nõ ch(us). E
L14 quē matar homē ou molh(er) ou menyo ou menya
L15 peyte. L. Bragaaes os meynos A_mj̄ e_os meynos.
L16 Ao_Concelho. E da portagē a_meya seia mya e_a
L17 meya do Conçelho e_essa Portagē paguena. A-
L18 ssy como_sse paga na Torre de Mēe+Coruo. E
L19 aq(ue)l q(ue) poser mááo no jo_z da vila p(er) sanha dē
L20 lh̄y. Lx. Varãcadas e_senõ q(u)is(er) estar a_elas peyte. Lx.
L21 b(r)agaaes os me_os A_mje_os meynos ao Cõçelho e_saya
L22 da villa. E tod_omē ou molh(er) q(ue) morrer sē filhos
L23 e_ouu(er) h̄yrmaao ou parēte chegado ou outro he-
L24 reo dout(r)a guysa fiq(ue)lh̄y seu au(er) e_se_o nõ ouu(er) o_Cõ-
L25 çelho filhe seu au(er) e_deno por sa alma. E de toda
L26 coomha aia o_moordomo sa dizima & seia a_meya-
L27 dade mya & a_meyadade do Cõçelho. E quē ouu(er)
L28 Caualo ou Egua & scudo & lãça & esporas de_fer-
L29 ro aia onrra de Cau(a)l(eir)o & nõ de jugada. E se_lh̄y
L30 morrer o_caualo ou_a Egua ata. v. anos nõ de
L31 jugada. E de_los. v. anos adeant(e). senõ ouuer
L32 caualo de jugada. E q(u)a(n)do h̄y uagar a_Eyg(re)ia
L33 eu deuo ap(re)sentar a_ela. E quē filhar armas.
[f. 205r A]
L34 na villa (cõtr)a seu vezio p(er)ca as armas & dēlh̄y saseēta
L35 varãcadas e_senõ quyser estar a_elas peyte. Lx. b(r)a-
L36 gaes. E quē leyxar sa molh(er) & casar (cõ)_out(r)a sayas-
L37 se da vila e en nēh̄ua maneyra nõ entre h̄y. E_a=
L38 h̄y hu p(r)imeyram(ē)te diz q(ue) aq(ue)l q(ue)_sse casar q(ue) de juga-

- L39 da de_lo t(re)s anos adeãte se laurar cõ seu boy nõ
 L40 sse da a_entêder senõ a_aq(ue)les ou a_aq(ue)l q(ue)_sse casar
 L41 do p(r)imeyro casam(ẽ)to. E quẽ Rousar molh(er) ẽ mõ-
 L42 te ou ẽ Moỹo e ela fez(er) q(ue)yxume ẽ Cõcelho peỹ-
 L43 te o_q(ue)_ a Rousar. L. bragaaes os meỹos A_mje_os
 L44 meỹos ao Conçelho e cõponhasse a_se(us) parêtos
 L45 e_a justiça nõ sse p(er)ca e_sse_a Rousar na vila p(ro)ueo
 L46 p(er)+ante os joyzes e_ssenõ nõ lhỹ responda. E_aq(ue)l¹²
 L47 q(ue) ferir outro ẽ Rosto ou_ẽ out(r)o nẽbro cõ pu-
 L48 nho ou (cõ) palma peỹte. Lx. (soldos). E quẽ chagar ou-
 L49 t(r)o cõ algũa arma peỹte. v. m(a)r(auedi)s & p(er)ca as armas
 L50 E todo omezĩa ou Refugador ou Rousador q(ue)
 L51 ueer aa vila p(er) mãdado dos joyzes seja seguro.
 L52 ata q(ue) passe p(er) seu dereỹto. E mãdo q(ue) metã cada
 L53 ano juỹzes antressỹ p(er) p(r)azer do Conçelho. E_nẽ-
 L54 gũ nõ rresponda sem rãcuroso. E toda coomha
 L55 q(ue) demãdar o senhor da terra seja p(ro)uada p(er)+ant(e)
 L56 os joyzes e_ssenõ seja q(u)ite. E aq(ue)l q(ue) essa terra de
 L57 mĩ teu(er) nõ seja ẽ Conçelho nẽ vogue por nem-
 L58 hũa. sa demãda maỹs meta seu vogado e_faça
 L59 sas demãdemas con_o Móórdomo. E todolos ou-
 L60 tros husos &_c(us)tumes q(ue) ata_aq(u)i usar(õ)¹³ e_acustumar(õ)
 L61 a faz(er) q(ue) aq(u)i nõ som scictos façanos Assỹ como a-
 L62 tá_ãq(u)i usar(õ) & acostumar(õ). E a jugada q(ue) mj d(e)uẽ
 [f. 205r B]
 L63 a_dar do pã & do vïo dena pela medida p(er) q(ue) ata_aq(u)i usa-

¹² No final desta palavra, aparece uma pequena cruz.

¹³ Desdobrámos a abreviatura desta maneira, porque nas linhas 63 e 64 aparece uma palavra com essa terminação sem estar abreviada e é grafada desta maneira.

- L64 rō a_dar. E mādō q(ue) Ric_omē nō pouse é_éssa vila nē
 L65 ē seu t(er)mho. saluo se fez(er) p(er) ý passada d_ũu dia & co-
 L66 mha por se(us) d(inhei)r(o)s. maýs nō lhýs filhe rē do seu (cōtr)a sa
 L67 uoōtade maýs cōp(re)o p(er) ap(re)çam(ē)to dos joýzes. E mādō
 L68 & outorgo q(ue) aiã por t(er)mho como p(ar)te pela folhala-
 L69 da & desý aa Cabeça do Mouro e_ende pela fonte.
 L70 da vide & desi como p(ar)te pela Eýg(re)ia de Man-
 L71 nhozes e_ende pelo exo de codessaes &_desj pelas
 L72 Carualhas d_egas e_ende pelas palhas das che-
 L73 eýras e ende p(er) pena fria e_desj aa Ponte da Osey-
 L74 ra & desj pela Carualha uerã e ende a Arma-
 L75 da de dō ff(er)nã mēēdiz e ende pela lousa de bel fa-
 L76 ta e ende pela foz de_lobazĩ e_ende aa foz de ffar-
 L77 fon. E mādō q(ue) os d_anciaães possam e_mōte con_os
 L78 de vilarão a_Rýbeýra des foz de_Lobazĩ ata a_foz
 L79 de ffarfam. E cada hũu aia sa Erdade. E mādō
 L80 q(ue) façã nos d(i)c(t)os t(er)mhos hũa deuesa comunal en
 L81 logar cōuenhauil. En_testemōyo da_qual cousa
 L82 dej /ēde/ a_eles esta mha ca(r)ta seelada do meu seelo do
 L83 Chũbo. Dāt(e) en_a Guarda. xxij. dias de julho¹⁴
 L84 E(r)a. M^l. CCC^l. xxv^l.
 L85 § Inffante dō A(ffons)o teente a_t(er)ra d(e) lamego & d(e) viseu
 L86 e_tras serra.
 L87 § Dom M(a)r(tin) gil Alferes.
 L88 § D(omĩg)os ih(es)us Chãçeler d_el Rey e bispo de Euora.
 L89 § Dom Mēēdo teente a_terra de Maýa.
 L90 § Dom johã rodriguiz tēēte t(er)ra de Basto. (con)f(irma)

¹⁴ No final desta linha, na margem, aparece novamente a data: “1325/ julho”.

[f. 205v A]

L91 § Dom P(er)o eanes portel tēēte Panoýas.

L92 § Dom M(ar)tin) anes tēēt(e) Sousa.

L93 § ff(er)nam p(er)ez de Baruosa tēēte a vizela.

L94 § M(ar)tin) mēēdiz tēēt(e) Barroso (con)f(irma).

L95 § L(ourēç)o soar(i)z de valadares tēēt(e) Riba d(e) M_o.

L96 § Durã mar(tiin)z de Parada tēēt(e) o logo de

L97 § Móórdomo. (con)f(irma).

L98 § P(er)o mar(tiin)z de Romeeyra de Conselho d_el Rey

L99 § ffrey telo Arcebispo de Bragáá.

L100 § Dom vicēte bispo do Porto.

L101 § Dom Aýmeriq(ue) Bispo de Coýnb(r)a.

L102 § Dom St(euã) Bispo de Lixbõa

L103 § ffrey Bertolameu Bispo de Silue. (con)f(irma).

L104 § ffrey Johã Bispo da Guarda.

L105 § A Eýg(re)ia de Viseu uaga

L106 § Dom Johãne bispo de Lamego.

L107 § M(ar)tin) p(er)ez Chãtre de Euora.

L108 § St(euã) Lourçeo Coonigo de Lamego. Cl(er)igos d_(e)l rrey.

L109 § vicēt(e) mar(tiin)z Thesouro d_el Rey

L110 § Dom ãgos p(er)ez.

L111 § Johã d_Alpram. Contadores.

L112 § Thome do(m)y(ngui)z.

L113 § L(ourēç)o Escola Porteyro maýor.

L114 § Pááy do(m)y(ngui)z Dayã d_Euora.

L115 § Róóy Gomez. Sob(re)_joýzes. t(este)s.

L116 § juýááo duraáez

L117 § St(euã) de Ratis

L118 § Johã soar(i)z Ouuýdores en_logo da corte.t(este)s.

L119 § Mig(ue)l f(er)nãdiz.

[f. 205v B]

L120 § P(er)o salgado Eýchaaes & Copeýros. t(este)s.

L121 § St(euã) eanes reposteýro maýor.

L122 § L(ourç)eo do(m)y(ngui)z Çeuadeýro maýor.

L123 § Johã Rodriguiz Caq(u)iteýro maýor.

L124 § Domĩgos p(er)ez esc(r)iuã d_el Rey. A fez.

Foral dionisino de Vale de Prados

Data: 1287.08.09

Local: Guarda

Cota: IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, L. I, fl. 206v B – 207r A B – 207vA
B (numeração romana)

Assunto: D. Dinis outorga um foral a Vale de Prados

Tipo 3

[f. 206v B]

L1 foro de ?Vall? de Prados

L2 E[n]¹⁵ nome de De(us). Amẽ. Conhoçuda cousa se-

L3 ia a_q(u)a(n)tos esta ca(r)ta vÿrẽ & Leér Ouuyrẽ. Q(u)e

L4 eu dom Denis pela gr(aç)a de De(us) Rey d(e) Port(ugal)

L5 & do Alga(r)ue. en+semb(r)a (cõ) mha molh(er). Raýa¹⁶ dõna

L6 Jsabel faço Carta de foro p(er)a todo semp(re). Aos

L7 Pobradores da mha Aldeýa de Val_de Prados

L8 assj aos p(re)sentes come os q(ue) an d(e) uýjr¹⁷. Cõuẽ

¹⁵ A preposição aparece sem o “n” e o caracter ‘E’ aparece com uma iluminura simples.

¹⁶ O ípsilon, para além do til, tem uma pinta.

¹⁷ O caracter ‘j’ tem uma plica.

- L9 a_ssab(e)r q(ue) todolos q(ue) h(er)darẽ essa Aldeya & ẽ seu
[f. 207r A]
- L10 t(er)mho deu_ dar A_mj̃ & a_todos me(us) successores cada
- L11 ano (cõ)p(r)idam(en)te q(u)inze. (soldos). de Port(ugal) por /dia/¹⁸ de sam Ma(r)-
- L12 t̃io & por dia de Pascoa outros. xv. (soldos.) de Port(ugal)
- L13 & estes d(inhei)r(o)s deuẽ a_dar cada hũu dos h(er)dadores
- L14 de Val de Prados &_de_seu t(er)mho. E darẽ senhas
- L15 oýttaus de Centeo ao nouo. E peýtare voz. &
- L16 Coomha pelo foro de Bragãça. E mãdo q(ue) me-
- L17 tã en cada hũu ano se(us) joyzes iurados q(ue) dẽ A_mj̃
- L18 o meu dereyto & a_cada hũu o_seu. E aq(ue)les q(ue) fo-
- L19 rẽ joyzes nõ façã foro no ano q(ue) forẽ joyzes.
- L20 E_sse os joyzes Alguẽ emp(r)asarẽ p(er)a dereyto &
- L21 nõ veer ao p(r)azo peyte o_p(r)azo & totalas outras
- L22 cousas pelo foro de Bragãça. E quẽ ueer (cõ)tra
- L23 os joyzes Assy como nõ deue. peyte A_mj̃ o_meu
- L24 ẽ+couto & fiq(ue) por meu. Eemigo. E todos aq(ue)les
- L25 q(ue) moradores forẽ da d(i)c(t)a Aldeya pagãdo este
- L26 foro de suso d(i)c(t)o. Mando q(ue) p(er) este foro uĩguẽ
- L27 os outros h(er)dam(ẽ)tos q(ue) ouuerẽ no t(er)mho de Bra-
- L28 gãça & deuẽ a_ssaýr cõ se(us) corpos & cõ sas ar-
- L29 mas ẽ meu s(er)uiço cada q(ue) mj for mester ou_co-
- L30 n_o Conçelho de Bragãça & deuẽ mj̃ a_dar s(er)-
- L31 uiço hũa uez no_ano q(u)a(n)do eu p(er)_y passar. cõ-
- L32 uenhauilm(ẽ)te segundo sa_posse. E eu reten-
- L33 nho p(er)a mj̃ o padroado da Eýg(re)ia. ou Eýg(re)ia[s]
- L34 desse log(a)r. E_sse eu essa t(er)ra der algũu Ric_o-

¹⁸ O termo 'dia' aparece na sobrelinha e está muito pouco visível.

- L35 -mē Leue os_foros dauãd(i)c(t)os & nō maÿs. & nō
 L36 este e_essa Aldeÿa maÿs d_ũu dia & comha por
 L37 seus d(inhei)r(o)s. Da_q(u)al aldeÿa dauãd(i)c(t)a estes som_os
 L38 t(er)mhos. P(r)imeÿram(ē)te pelo marco q(ue) see ētrado.¹⁹
 [f. 207r B]
 L39 a_Rÿo de Moÿos²⁰. como p(ar)te cō s(an)c(t)a Coõba ende
 L40 vaÿsse ao ma(r)co q(ue) see aa lagēa do fundo do ual de
 L41 P(er)o p(er)ez & ende ao marco q(ue) see ē meÿos da ffonte
 L42 da Legoosa & dalj ao marco q(ue) see na fonte de fer-
 L43 -radal. ende ao ma(r)co de fundo da Vīa de Mig(ue)l
 L44 gees & ende ao Marco da Cabeça da Torre & de-
 L45 sÿ ao ma(r)co da Pedra ē+Cauallada. &_ē ao ma(r)co q(ue)
 L46 see na ourela da ffont(e) antigua ende ao Ma(r)co
 L47 q(ue) see a_fundo da Vīa de ff(er)nam lopiz. end(e) ao ma(r)-
 L48 co q(ue) see ao Caueleÿro. ende ao Ma(r)co q(ue) see aa_pe-
 L49 na do Muro. ende ao ma(r)co do Spineÿro como
 L50 p(ar)te cō Maceedo & desÿ ao marco q(ue) see na por-
 L51 tela de çima da Deuesa. ende aa_Raposeÿra
 L52 ende ao marco do Val d_aluite. anes end(e) ao Ma(r)-
 L53 co q(ue) see no lōbo de çima de prado do peurado
 L54 ende ao ma(r)co q(ue) see na ourela do Regueÿro a
 L55 ffundo de prado peurado ende aa pena do boca-
 L56 do ende ao Ma(r)co q(ue) see no lōbo dant(re) o_ual das
 L57 das colmeas & no das scusas. ende ao Ma(r)co da
 L58 cabeça. da_a+guieÿra ende ao Ma(r)co do lonbo q(ue)
 L59 see dant(re) a_ pedra da_uide. & val de colmeas ēde

¹⁹ Ao lado desta linha, na margem esquerda, está escrito, com caligrafia diferente “mos”. Provavelmente é o final da palavra “termos”, já que aparece quando estes vão ser descritos.

²⁰ O caracter ípsilon, para além do til, tem uma pinta.

- L60 ao marco das Eýras ende ao ma(r)co q(ue) esta na
 L61 cabeça da_alē das Eýras end(e) aa_lagoa do_ual
 L62 da Vurz ende ao M(a)rco de çima do val do cou-
 L63 sso como p(ar)te cõ s(an)c(t)a Cooba. E eles nõ deuẽ uẽ-
 L64 der nõ dar nõ alhear nõ doar ã nõ+hũa ma-
 L65 neýra nõ+hũa cousa dos d(i)c(t)os h(er)dam(en)tos a_or-
 L66 dĩ nõ a_abade nõ a P(r)iol nõ a Cl(er)igo nõ a_dona
 L67 nõ a_scudeýro. Senõ aa tal Pessoa q(ue) faça A
 [f. 207v A]
 L68 A_mj̄ & a todos me(us) successores cadá_áno o_d(i)c(t)o foro
 L69 (cõ)p(r)idam(ẽ)te. E nõ seer pessoa Religiosa nõ pode-
 L70 rosa. En_testemõyo da_qual cousa deý ende a_eles
 L71 esta mha Ca(r)ta seelada do meu seelo do Chũbo.
 L72 Dãt(e) na Guarda ix. dias d_a+Gosto. E(r)a Ml^{pl}.
 L73 CCC^{pl}. xxv^{pl}.²¹
 L74 § Inffante dom Affonso teete A t(er)ra de Lamego.
 L75 § Dom M(a)r(tin) /gil/ Alferez.
 L76 § don²² Domĩgos ih(es)us Chãçeler d_el Rey & bispo d_Euora. (con)f(irmant).
 L77 § Dom Meendo tẽete t(er)ra da Maýa.
 L78 § Dom Johã rodriguiz tẽete t(er)ra de basto.
 L79 § Dom P(er)o eanes portel teent(e) Panoýas.
 L80 § Dom M(a)r(tin) anes téént(e) Sousa. (con)f(irmant).
 L81 § ff(er)nã p(er)ez de Baruosa tẽete a Vizela.
 L82 § Dom M(a)r(tin) mẽediz tẽete barroso.
 L83 § L(ourçõ) soariz de Valadares tẽete riba d(e)_Mýo. (con)f(irmant).
 L84 § Durã m(a)r(tiin)z de parada tẽēt(e) logo d(e) Maýordomo.

²¹ No princípio desta linha, na margem, aparece novamente a data: “1325/ agosto”.

²² A palavra “don” aparece em caracteres mais pequenos e dentro do caldeirão, como se tivesse sido acrescentada posteriormente.

- L85 § ffrey Telo Arcebispo de b(r)agaa.
L86 § Dom Vicēte bispo de Coymbra. Porto.
L87 § Don_almiriq(ue) bispo de Coymb(r)a.
L88 § Dom Steuã bispo de Lixbõa. (con)f(irmant).
L89 § ffre_ Bertolameu bispo de Silue.
L90 § ffrey Johãne bispo da Guarda.
L91 § A_Eyğ(re)ia de Viseu vaga. (con)f(irmant).
L92 § Dom Johãne bispo de lamego.
L93 § M(a)r(tin) p(er)ez chãtre de_Euora.
L94 § St(euã) Lourenço Cl(er)igos d_(e)l rrey.
L95 § Vicēte mar(tiin)z Tesoureyro d_el Rey.
[f. 207v B]
L96 § P(er)o paaez P(ro)c(ur)ador d_el Rey.
L97 § Lourēço escola Porteyro Moor.
L98 § Paaý d(om)ý(ngui)z sob(re) joyz.
L99 § Rooy gomez. Sob(re) Joýzes. t(este)s.
L100 § Juýaao duraaes
L101 § Steuã de Ratis
L102 § Johã soar(i)z. Ouuýdores da Corte.
L103 § Domĩgos p(er)ez.
L104 § Johã d_alpram. Cl(er)igos d_el Rey.
L105 § Tome do(m)ý(ngui)z
L106 § Domĩgos p(er)ez sc(r)iuã da Corte A_fez.

Foral dionisino de Ervedosa

Data: 1288.07.05

Local: Santo Tirso

Cota: IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, L. I, fl. 234r B – 234v A B

Assunto: DD. Dinis outorga um foral a Ervedosa

Edições: ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança ou Repositorio amplo de noticias chorograficas, hydro-orograficas, geologicas, mineralogicas, hydrologicas, bio-bibliographicas, heraldicas, etymologicas, industriaes, e estatisticas interessantes tanto à história profana como ecclesiastica do districto de Bragança*. Bragança: [Tipografia Académica], 1981. T. IV, doc. 42, p. 193-194, doc. 42, p. 193-194

Tipo 3

[f. 234r B]

L1 foral d_ eruedosa cõ ?s(eu)s ? termos <...>

L2 Dom²³ Denis pela gr(aç)a de De(us) Rey de Port(ugal)

L3 & do Alga(r)ue A_ todolos q(ue) esta ca(r)ta vyrẽ faço a_ssa-

L4 b(e)r q(ue) Eu dou & outorgo ca(r)ta de foro. A_ uos²⁴. x^ll. Po=

L5 bradores da mha Pob(r)a do logar d_eruedosa cõ seus

L6 t(er)mhos cõuẽ a_ssab(e)r como p(ar)te con_a_u(er)ea velha q(ue)_sse

L7 uẽ d(e) penas iũtas & como p(ar)te cõ ag(r)o chááo & d(e)sý co-

L8 mo_sse vaý p(er) essa uere(e)a ao marco do couto antre

L9 léedra & bragãça & desý áá_cabeça das lagõas &_de=

[f. 234v A]

L10 sý áá escoýra & desý ao Rýo de Toela desý pela uẽa

L11 dá_água a_emfesto ata o_cerro & desý p(er) esse cerro dāt(re)

L12 penas iũtas & curuias & dar sigo na_uarẽa. Dou

L13 & outorgo a_uos &_a_uossos successores a_d(i)c(t)a Pob(r)a

L14 p(er) estes t(er)mhos de_suso d(i)c(t)os q(ue) os aiades & possoýad(es)

L15 p(er)_u os melhor poderdes au(er) & uossos Pobradores &

L16 aq(ue)les~q(ue) hý erdades deuedes a_dar A_mj & a_me(us)

L17 successores cada hũu de_uos ã cada hũu ano senhos

²³ O caracter 'D' está iluminado com um desenho simples.

²⁴ No fim desta palavra, aparecem dois círculos concêntricos, provavelmente um sinal de chamada, já que, na margem direita, aparece novamente com uma seta para as palavras: 'torre de mõe ?cõuo?'.

L18 m(a)r(auedi)s uelhos os meÿos por sam martiõ & os meÿos
 L19 por pascoa & senhas oÿtauas de Centeo ao nouo.
 L20 E uoz & cóomha & todalas²⁵ outras cousas pelo fo-
 L21 ro de bragãça. E deuedes meter uossos joyzes q(ue) dẽ
 L22 a_cada hũu seu dereÿto. E uos deuedes mj a_dar este
 L23 foro de_suso d(i)c(t)o é_ésté sam Martiõ p(r)imeÿro q(ue) uẽ.
 L24 E este foro (cõ)p(r)idam(ẽ)te Au(er)despagando uos A_mj
 L25 p(er) hÿ o_erdam(ẽ)to uĩgado ata. v. anos & des alÿ adẽ-
 L26 ante possadelo uẽder . & doar & faz(er) dele uossa p(ro)l.
 L27 Assÿ come (cõ)teudo no d(i)c(t)o foro de bragãça & todos
 L28 aq(ue)les q(ue) no d(i)c(t)o logar morardes pagando este foro
 L29 sob(re)d(i)c(t)o uĩgardes p(er) este todolos outros h(er)dam(ẽ)tos
 L30 q(ue) ouu(er)des en_terra de bragãça. aiades o_d(i)c(t)o h(er)dam(ẽ)-
 L31 to p(er)a semp(re) & todolos uossos successores saluo o_dẽ-
 L32 reÿto E do padroado da Eÿg(re)ia q(ue) retenho p(er)a_mj
 L33 deuedes a_ÿr ã meu s(er)uiço cada q(ue) mj mest(er) for asÿ
 L34 como forẽ uossos veziõs. E sse eu p(er) essa t(er)ra:
 L35 passar deuedes mj a_faz(er) s(er)uiço <cada q(ue) mj mester
 L36 for Assÿ como forẽ uossos veziõs>. segũdo a_uos=
 L37 sa posse. En_ testemõyo desto dou a_esses pob(r)a-
 L38 dores. esta ca(r)ta. Dãt(e) en s(an)c(t)otisso. v. dias d(e) Julho.
 [f. 234v B]

L39 El Rey o_mãdou Johã do(m)y(ngui)z A_fez. E(r)a M^l CCC. l^l xxvj. l^l²⁶

²⁵ Parte da palavra 'todalas', mais precisamente 'la' encontra-se coberta com tinta.

²⁶ No canto direito da coluna, aparece novamente a data: "1326/ Julho".

5. Conclusão

A concessão de documentação foraleira à região do Nordeste Transmontano, por D. Dinis, inscreve-se numa estratégia política que visava o ordenamento do território e a sua organização administrativa. Em paralelo com esta preocupação, denota-se também a vontade de rentabilização dos recursos do reino e de fomento do povoamento em zonas onde a povoação era mais escassa, o que se encaixa perfeitamente com a situação deste rincão nordestino, onde a geografia, marcada por inúmeros contrastes, tornava a terra madrastra e, por isso, quase erma.

Pela análise contedística dos diferentes diplomas, todas estas situações estão patentes nos textos. Veja-se que a maior parte dos forais doados ao Nordeste Transmontano seguem o paradigma do foral de Bragança que, por sua vez, segue o modelo do de Zamora, e que se caracterizava pelas inúmeras prerrogativas concedidas aos seus habitantes. Esta panóplia de privilégios era necessária para aliciar um maior número de população que, de outra maneira, fugiria para outras regiões do país, deixando esta mais despovoada e susceptível aos ataques castelhanos, pois convém lembrar que a maior parte desta área era raiana.

Pela leitura atenta dos diplomas estes aspectos ressaltam, no entanto, fazem-no de uma forma intuitiva. O que torna a edição que fizemos uma mais valia é que todos estes aspectos podem ser comprovados cientificamente, através da aplicação de um programa estatístico-lexical. Qualquer programa deste género poderá permitir a análise de cada um dos documentos, assim como um estudo comparativo e contrastivo dos mesmos, podendo fazer-se o levantamento dos temas, a frequência com que estes aparecem, assim como as diferenças existentes entre os diferentes documentos.

Pretendemos, num outro momento, fazer uma análise estatístico-lexical e discursiva deste tipo de documentação, com a finalidade de tentar reconstruir a realidade das comunidades do Alto Trás-os-Montes no período dionisino. Para além da abordagem no domínio histórico-geográfico, do tipo de edição elaborado, assente numa transcrição fidedigna dos diplomas, esse segundo trabalho, a fazer num momento posterior, possibilitará um estudo linguístico aos níveis vocabular, sintáctico e discursivo.

Referências bibliográficas

1. Fontes manuscritas

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Doações de D. Dinis. Livro I, f. 95v, 204v, 205r e v, 206v, 207r e v.

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Gav. 12, maço 8, nº 3.

2. Fontes impressas

Alves, F. M. (1981, 1984): *Memórias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança ou Repositorio amplo de noticias chorograficas, hydro-orograficas, geologicas, mineralogicas, hydrologicas, bio-bibliographicas, heraldicas, etymologicas, industriaes, e estatisticas interessantes tanto à história profana como ecclesiastica do districto de Bragança*. Tomos III, IV e IX (Bragança: Tipografia Académica.).

Alves, F. M. (2000): *Bragança: Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança ou Repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas, etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana como eclesiástica do distrito de Bragança*. 12 tomos ([S.l.]: Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus / Museu do Abade de Baçal).

Azevedo, Correia de (1967): *Terras com Foral ou Pelourinho das Províncias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro e Beiras* (Porto: Domingos d' Oliveira).

Caetano, M. (1985) [2.ª edição]: *História do Direito Português* (Lisboa / São Paulo: Verbo.)

Costa, A. L. Pereira (2003): *Documentação Foraleira Dionisina dos Concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo e Vinhais. Contextualização histórico-geográfica e edição*. 2 volumes (Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro).

Costa, A. de Jesus da (1993) [3ª edição]: *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos* (Coimbra: FLUC / Instituto de Paleografia e Diplomática).

Costa, M. J. de Almeida (1989): "Forais", em *Dicionário da História de Portugal*. Vol. III (Porto: Livraria Figueirinhas).

Daveau, S. (1995): *Portugal Geográfico* (Lisboa: Sá da Costa).

Emiliano, A. (2002a): *Critérios e normas para transcrição e transliteração de textos medievais – V.1.0* (Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa).

- Emiliano, A. (2002b): *Critérios Para a Realização de Edições Interpretativas de Fontes Medievais Para a História da Língua Portuguesa (v.2.0)* (Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa).
- Gaspar, J. (1981) [2ª edição]: *Portugal em Mapas e em Números* (Lisboa: Horizonte).
- Marques, A. H. de Oliveira (1984): *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica).
- Marques, A. H. de Oliveira / Rodrigues, T. Ferreira (1992): *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*. 2 volumes (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica).
- Marques, J. (2000): “Os Municípios Transmontanos nos Séculos XII-XIV”, *Brigantia. Revista de Cultura*, XX, 1/2: 3-30.
- Marreiros, M. R. Ferreira (1990): *Propriedade Fundiária e Rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis: Guimarães*. 2 volumes (Coimbra: Faculdade de Letras).
- Mattoso, J. / Sousa, A. de [s.d.]: *História de Portugal*. Vol. 2 ([S.l.]: Editorial Estampa).
- Neto, M. Sobral (1999): “Reconstituição da vida material de comunidades rurais em contexto senhorial: problemas, fontes e métodos”, *Actas Maia, História Regional e Local*. Vol. I: 111-127 (Maia: Edição da Câmara Municipal da Maia).
- Pina, R. de [s.d.]: *Crónica de D. Dinis* (Porto: Civilização).
- VV.AA (1986): *História de Portugal*. Vol. I: 1245-1640 (Lisboa: Alfa).
- Serrão, J. Veríssimo [s.d.] [3ª edição.]: *História de Portugal*. Vol. I ([S.l.]: Editorial Verbo.).
- Silva, N. J. Espinosa Gomes da (1991) [2ª edição]: *História do Direito Português. Fontes de Direito*. (Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian).
- Taborda, V. (1987) [2ª edição]: *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico* (Lisboa: Horizonte).